

**PROCESSO: 10492-2/2009**  
**PROCEDÊNCIA: CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE**  
**INTERESSADO: CELY MARIA AUXILIADORA BARROS ALMEIDA**  
**ASSUNTO: RECURSO DE AGRAVO**  
**RELATOR: CONS. ANTONIO JOAQUIM**

## RELATÓRIO

**Trata-se de Recurso de Agravo interposto em 10/7/2009 pela Sra. Cely Maria Auxiliadora Barros de Almeida** na condição de vereadora do município de Várzea Grande, em face do Julgamento Singular de fls. 16/17-TCE-MT, publicado no D. O. E. do dia 10/7/2009 que aplicou à referida vereadora multa de 20 (vinte) UPFs-MT, em razão da intempestividade na remessa de sua declaração de bens de início de gestão – 2009/2012.

Com base nas normas regimentais da época, vieram-me os autos por intermédio de sorteio.

A Secretaria de Controle Externo desta Relatoria, após análise dos argumentos e documentos apresentados em sede recursal (fls. 38/40-TCE-MT), manifestou-se pelo não provimento do recurso de agravo, mantendo a sanção pecuniária.

Na forma regimental, o Ministério Público de Contas, por meio do Parecer 4.378/12, elaborado pelo procurador, Dr. Getúlio Velasco Moreira Filho, opinou no sentido de conhecer e negar provimento ao recurso.

**É a súmula recursal.**